


O BNDES E O SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO
REPORTAGEM

ABDE promove

Evento dos associados da ABDE com o BNDES fortalece a ideia de um sistema nacional de fomento público mais integrado.



Por Rogério Lessa e Sílvia Noronha

O evento reuniu mais de 60 participantes de 19 associados da ABDE

O *workshop* organizado pela Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) abre caminho para uma aproximação crucial visando ao fortalecimento das agências estaduais. Na opinião do presidente da ABDE e da Investe Rio, Maurício Elias Chacur, o evento foi mais um passo na direção da montagem de um sistema nacional de fomento público integrado, que dê sustentação ao desenvolvimento do país.

Mais de 60 representantes de 19 instituições, das 25 associadas, participaram do *workshop* ocorrido na sede do banco, no Rio de Janeiro, nos dias 22 e 23 de junho, que discutiu não apenas os produtos do BNDES, mas as formas efetivas para viabilizar o entrosamento entre as partes. Segundo o diretor das Áreas de Administração, Financeira, de Operações Indiretas e da Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola do BNDES, Maurício Borges, o seminário foi útil para levantar os pontos que impedem um maior relacionamento do banco com os demais agentes do sistema. "Temos de ver onde há problemas e em função disso ver o que podemos ajustar no banco", afirma.

Borges disse que o banco está disposto a fazer "pequenos reparos" em programas como Microcrédito e Arranjos Produtivos Locais (APLs), para que as agências sejam parceiras em vários projetos de desenvolvimento. "Essa é a ideia, pois as agências estão localizadas regionalmente e o banco não tem capilaridade. Assim, elas podem ser um braço efetivo da política do BNDES", explica ele. Outro ponto de aproximação destacado pelo executivo é o crédito à inovação.

Para efetivar essa aproximação, Borges cita dois pontos da discussão que precisam avançar: aumento do limite de crédito das agências, através da adoção de critérios diferenciados; e formas de compartilhamento de risco, o que pode ocorrer se as agências forem mandatárias do BNDES. "Não ala-

vancaria a agência e daria escala de operação. A agência como mandatária é uma dimensão que a gente precisa caminhar também", enfatiza.

Uma decisão que o banco tomou, em 2008, foi a concentração da avaliação de risco de crédito demandado pelos associados da ABDE na Gerência de Instituições Financeiras comandada por Rosângela D'Ávila Gomes. Não é um canal exclusivo, mas concentrador do trabalho relativo às agências de fomento, bancos de desenvolvimento e cooperativas de crédito. Segundo o superintendente da Área de Operações Indiretas, Cláudio Bernardo Guimarães Moraes, o BNDES entende as especificidades de cada tipo de Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD). "Por isso, neste momento estamos estudando e flexibilizando o crédito para as agências de fomento. Está tendo tratamento diferenciado e estamos aperfeiçoando os critérios para uma análise mais coerente com as agências", ressalta. No ano passado, o banco já alterou o cálculo de limite de crédito, permitindo aumentar a captação das agências.

Segundo Moraes, a aproximação é de interesse mútuo do banco e dos associados da ABDE, que desejam construir um sistema de desenvolvimento robusto, que passe a atingir empresas e pessoas físicas que hoje encontram dificuldades de acessar os recursos do banco. Outra vantagem será maior alocação de recursos em regiões menos desenvolvidas. Para avançar, Moraes sugere um intercâmbio entre funcionários do BNDES e das agências para troca de



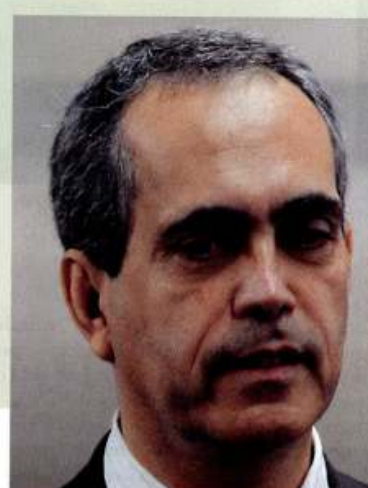
aproximação



*Maurício Elias Chacur,
presidente da ABDE*



*Maurício Borges,
diretor do BNDES*



*Cláudio Bernardo Guimarães Moraes,
superintendente do BNDES*

Fotos: Noel Joaquim Falcão

experiência, para que sejam “coirmãos”, conforme destaca.

Alexandre Guerra, gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae, também aposta nessa sinergia. Ele destaca que, quando se tratar de atuação junto a micro e pequenas empresas, o Sebrae estará à disposição para capacitação dos quadros de funcionários das IFDs. Micro e pequenos empreendimentos, segundo Guerra, prometem se configurar numa grande plataforma estratégica de desenvolvimento, já que formam um mercado de R\$ 128 bilhões, que deve dobrar nos próximos cinco anos.

“Algumas linhas de financiamento do BNDES envolvem especificamente micro e pequenas empresas. Somos testemunhas da dedicação do banco para com os pequenos negócios, desde a organização da demanda até o direcionamento mais correto dos canais de financiamento, nos quais estão incluídas as associadas da ABDE”, observa o executivo.

Discurso versus prática – Boa parte dos associados da ABDE espera que o evento possa ter desdobramentos no curto prazo para que a aproximação seja efetivada. Isto porque, segundo o diretor-presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FomentO), José Carlos Rodrigues Bezerra, a vontade política do BNDES é claramente percebida, porém nem sempre se viabiliza na prática. Para mudar isso, ele reivindica um atendimento especializado.

O diretor de Desenvolvimento e Projetos da Agên-

cia de Fomento de Goiás (GoiásFomento), Múcio Bonifácio Guimarães, sente que falta experiência do banco em trabalhar com as agências de fomento. “O processo é muito burocrático”, opina, ao se referir à metodologia operacional do BNDES. Ele compara com o Banco do Brasil (BB), que teria um processo “muito mais simplificado”. A GoiásFomento é agente operador de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), repassado pelo BB.

O diretor de Desenvolvimento de Projeto da Agência de Fomento de Alagoas (Afal), Fábio Leão, articula uma aproximação com o banco desde o planejamento da agência, criada em 2009. Hoje está em estudo um contrato de operação do programa de microcrédito, no valor de R\$ 1 milhão; e em vias de liberação uma operação não reembolsável para APL de baixa renda, no valor de R\$ 2,5 milhões, mais contrapartida do governo do estado no mesmo valor. Ele também pleiteia atuar com linhas de crédito para municípios e para inovação, além de iniciar participação acionária de fundos. Com capital de apenas R\$ 6 milhões, a Afal encontra barreiras para captação de crédito. O mesmo ocorre com outras agências de menor porte, como a FomentO, que possui capital de R\$ 10 milhões, mas tenta aumentar para R\$ 30 milhões. O limite de crédito das agências é uma das principais barreiras para maior captação de recursos no BNDES.

Risco e capital – Quanto ao limite de endividamento, o diretor Operacional da CaixaRS, Rogério de Wallau, lembra que a criação de uma linha do BNDES, de longo prazo, voltada para capitalização das agências, é uma reivindicação antiga da ABDE. O crédito seria concedido ao governo do estado, que repassaria o recurso para o capital de sua agência de fomento. Outro caminho seria o estado com disponibilidade de recursos orçamentários aportar o capital diretamente na instituição. “É uma atitude inteligente porque ele vai ter uma instituição pública estadual alavancando recursos para desenvolver mais o estado. A cada um real que o Tesouro coloca, tem possibilidade de



O BNDES E O SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO



REPORTAGEM

José Carlos R. Bezerra,
presidente da FOMENTOMúcio Bonifácio Guimarães,
diretor da GoiásFomentoRogério de Wallau,
diretor da CaixaRS

alavancar R\$ 9 em recursos de terceiros”, contabiliza. Ele acrescenta que o aumento de capital via lucro não é significativo para as instituições de pequeno porte; daí a importância do aporte feito pelo controlador que, por outro lado, permitirá captação maior junto ao BNDES.

Outra solução de compartilhamento de risco, sustenta Wallau, seria as agências se habilitarem no Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES-FGI). Por enquanto, a CaixaRS é a única instituição estadual a participar do fundo. “Precisa aportar recurso, mas a cada um real colocado no fundo, a agência poderá alavancar R\$ 200. É um caminho ótimo para as pequenas e também para as médias e grandes agências”, frisa.

Ainda uma outra forma de compartilhamento de risco, sobretudo para créditos de valores mais altos – acima de R\$ 10 milhões, limite do FGI – envolve a formação de consórcios entre agências, bancos de desenvolvimento estaduais e federais, BB e o BNDES, que assumiria a liderança e a maior parte do risco.

Durante o evento o banco apresentou sua experiência na área de risco compartilhado, que tem sido bem-sucedida, segundo Aquiles Poletti, gerente do Departamento de Políticas Operacionais do BNDES. “As operações compartilhadas são menos lucrativas, porém muito mais seguras. Para as IFDs, que têm poucos recursos, é uma oportunidade de não ficarem restritas às operações de pequeno porte. Elas, inclusive, já operam nesta área com outras instituições, como o BB”, comenta. Destacando que o compartilhamento do risco é um importante meio de fortalecimento do sistema nacional de fomento, ele usa como objeto de comparação os *project finances* para geração de energia, que são contratos de parcerias nos quais o financiador olha para o risco do projeto, e não do financiamento.

“*Project finance* tem uma visão mais prospectiva do que o puro e simples financiamento. E o histórico é excelente. Não tivemos caso nenhum de inadimplência nos projetos que financiamos – sozinhos ou em parceria”. Segundo Poletti, alguns grupos espanhóis já consultaram o BNDES no sentido de desenvolver parcerias também na área de saneamento. “Há um ambiente favorável para essas parcerias no banco e as IFDs podem desempenhar papel importante, já que estão mais próximas dos potenciais parceiros, com quem se relacionam diretamente. Para o BNDES, é um conforto a participação das IFDs nas operações de risco compartilhado”, resumiu.

FGI – Segundo a chefe do departamento de Recuperação de Créditos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Ana Cláudia Silveira Camargo, as normas e a possibilidade de retorno do FGI estão sendo estudadas no banco, que ainda não aderiu ao fundo. “Os colegas associados da ABDE que já participam do FGI relataram que ocorrerá o primeiro fórum de acionistas, no qual serão apresentadas propostas de

alteração de algumas regras. Esperamos que o encontro resulte em maior fortalecimento dos agentes financeiros”.

Como principal inovação do FGI, Ana Claudia considera a possibilidade de tratar do tema de sua área, a recuperação de créditos, algo que não ocorria antes. Para as agências de fomento, ela vê uma grande oportunidade de alavancagem para o crédito. “Por causa da importância para a sociedade, é fundamental que as regras do FGI se adaptem às necessidades das agências de fomento, que precisam ter uma condição diferenciada para cumprir seu papel no desenvolvimento do país”, defende.

Outro tema debatido foi o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do Ministério do Trabalho e Emprego, operado pelo BNDES. Na opinião do gerente de Microfinanças da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), Marcelo Mesquita, as regras do programa e o acompanhamento das operações deveriam ser flexibilizados. “O fato de ser produtivo e orientado torna o custo operacional alto, fazendo com que a penetração do microcrédito seja baixa, inviabilizando a atuação das agências”, observa ele, que reconhece a necessidade de levar a discussão até o Ministério.

Segundo Juliana Santos da Cruz, chefe do Departamento de Relacionamento com Agentes Financeiros e Outras Instituições, do BNDES, o *workshop* foi um evento-piloto. A ideia é que os próximos encontros sejam feitos por departamento, para que as questões debatidas possam ser aprofundadas, inclusive a do microcrédito.

“As agências hoje operam individualmente com alguma troca de experiência, mas a ideia é que num sistema nacional de fomento o trabalho seja realizado em conjunto, porque os resultados serão melhores”, complementa Chacur.

Participaram do *workshop* BNDES-ABDE: Afal, Afap, Agência de Fomento Paulista, Badesc, Banco da Amazônia, Bades, BB, BNB, Bansicredi, BDMG, BRDE, Caixa, CaixaRS, Desenbahia, Finep, Fomento, GoiásFomento, Investe Rio e Sebrae. □